

## Pensar, ensinar, fazer justiça – entre Portugal e o Brasil<sup>1</sup>

O presente artigo é uma memória, de cor, sobre a vocação universitária (sobretudo de docência) do autor. Centra-se no seu percurso português. Prevendo-se para outro estudo a parte mais especificamente brasileira.

Paulo Ferreira da Cunha<sup>2</sup>

### 1. Primeiros Anos no Direito

Apesar de ter pensado, na infância, em seguir Química, depois Arqueologia, e na primeira adolescência Pintura, por volta dos meus 14 anos, quando eclodiria a revolução do 25 de abril, já estava completamente decidido em seguir a vocação da Justiça, cursando Direito. Mas seguir Direito, mas direito pensado e não positivista. Meu Pai dissera-me que os cursos jurídicos que seguira tinham começado ao contrário: que deveria ensinar-se primeiro a Filosofia do Direito (ou pelo menos os seus rudimentos) e depois o Direito positivo. Mais tarde, com vários Mestres, e na minha própria prática, acabei por confirmar em absoluto essa ideia. Infelizmente nada partilhada por muitos, já formados no legalismo e nada dispostos a inovar.

Fui em Coimbra um aluno nada empenhado em altas notas, estudando apenas o que me interessava. Apaixonado, isso sim, por algumas matérias. Já sabendo que irei esquecer muitas, refiro apenas quatro:

1) A parte histórico-cultural do Direito Romano, com Sebastião Cruz e Santos Justo – considero *Ius. Derectum (directum)*, da autoria do primeiro, um dos mais brilhantes livros jurídicos até hoje escrito – a par de *Direito Público e Sociedade Técnica*, do meu mestre Rogério Ehrhardt Soares.

2) O estudo de Michel Foucault, no seu *A Verdade e as Formas Jurídicas*, nas aulas de Sociologia Jurídica por Boaventura de Sousa Santos (que, contudo, seguia apenas à distância, por incompatibilidade de horários).

3) A grande janela aberta da Criminologia, com Figueiredo Dias e Costa Andrade (e o respetivo Manual): foi a esta cadeira que obtive a nota mais alta na Licenciatura.

4) Grande fôlego e largos horizontes culturais (inclusive de *Democracia e Utopia*) surgiram na cadeira de Direito Internacional Público, com Barbosa de Melo. O *textbook* de base era de Afonso Queiró, ainda com a recomendação de um grande clássico, a tradução da Fundação Gulbenkian do *Law of Nations* de Brierly – que ainda hoje me acompanha. Tive professores extraordinários! Seria injusto fazer uma lista...

---

<sup>1</sup> Esta memória é rigorosamente feita *de memória*, e por isso quero começar por me penitenciar por eventuais erros e, naturalmente, lacunas. É por isso que quase não tem datas, e pode ser que haja lapsos na recordação. Valerá precisamente como testemunho...

<sup>2</sup> Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (suspenso devido ao exercício daquele primeiro cargo).

Empenhado em muitas atividades extra-acadêmicas (por exemplo, fui presidente da Juventude Portugal-Europa, uma associação de estudos europeístas; lancei na Faculdade, sob a presidência do Reitor Prof. Ferrer Correia, uma revista europeísta, *Ariana* – em referência ao respetivo mito grego), não investi na subida de notas. Aliás, a minha intenção não era seguir a docência, mas a diplomacia. E essa não necessitava de altíssimas classificações.

Concluída a Licenciatura, fiz estágio de advocacia com um advogado fascinante, sabedor e sagacíssimo, além da honestidade e desprendimento em pessoa (nunca o vi cobrar um cêntimo a ninguém, por estranho que pareça): o Dr. José Emílio de Sampaio e Castro, que tinha escritório na Praça da Liberdade. Não podia haver local mais adequado. Passada a estranheza na primeira semana (na prática, a teoria é *realmente outra...*), fiquei fascinado com o Foro. Cheguei a publicar o meu relatório de estágio num livro conjunto com o Prof. espanhol Javier Hervada, *Direito: Guia de Estudos Universitários*, editado pela Rés, já esgotado há anos. É um livro que, na minha parte, considero ultrapassado em muitas coisas, mas noutras ainda poderá ter utilidade... Por exemplo, nos conselhos aos estudantes sobre como responder a perguntas e desenvolver temas.

Fui, entretanto, convidado a lecionar. Era aliás esse o vaticínio de alguns professores meus, a começar por Barbosa de Melo, com quem (e com Melo Rocha) fizera uma oral em Direito Internacional (a minha primeira oral, para subida de nota, no final do 4.º ano) que me marcou muito. Dissertei livremente, no cruzamento do Direito Internacional, do Constitucional e da Filosofia do Direito, com grande aprovação do júri.

Comecei pela Universidade Livre, passei para a Universidade Portucalense, e acabei por, de uma forma ou de outra, em geral sempre em acumulação com alguma instituição universitária ou do politécnico público, lecionar em boa parte das Universidades privadas portuguesas com o curso de Direito. Foram interessantes tempos de aprendizagem, de que guardo, em geral, boas recordações. Uma, bastante importante, era que nos concentrávamos na leção e na pesquisa, quase sem burocracias. Com o tempo, as coisas, para se aproximarem, julgo, de padrões gerais, foram piorando, burocratizando-se. Mas, no início da carreira, havia apenas duas tranquilas reuniões por ano: a abrir e a encerrar. *A libertas docendi*, pelo menos para mim, foi muito levada a sério. Aprendi muito com essa liberdade.

Figuras que recorro desses tempos com admiração e simpatia são, antes de mais, os Professores Rui Conceição Nunes e Maria Amélia Nunes, das áreas de Economia, assim como Camilo Cimourdain de Oliveira, e o Reitor da Universidade Lusófona, primeiro em Lisboa e depois no Porto, Prof. Fernando dos Santos Neves. Na Internacional da Figueira da Foz, reencontrei como Reitor o meu antigo mestre de Direito da Família e Sucessões (com o Prof. Pereira Coelho), Prof. Guilherme de Oliveira.

O primeiro professor de quem fui assistente (e, que me recorde, o único) foi, na Universidade Livre, o Dr. José Plácido dos Santos, prematuramente falecido.

Lecionei também no Instituto Politécnico de Santarém e no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (então dirigido pelo esclarecido Dr. Nogueira da Costa). Neste último, com uma equipa dirigida pelo distinto advogado Dr. Menezes Falcão, lecionei Noções Gerais de Direito (creio ser essa a designação da disciplina), tendo com ele e com mais colegas colaborado na edição de uma obra, homónima, que chegou a ter publicação bilingue Chinês-Português (mas em que, curiosamente, o vocábulo “direito” *tout court* não é traduzido). A versão portuguesa,

depois atualizada, ainda é adotada hoje em várias instituições superiores. É uma síntese didática sobretudo de Direito Civil.

## 2. Porto-Braga-Porto

Concluído o Mestrado em Coimbra (onde já havia cursado a Licenciatura), poderia ter concorrido para a minha *Alma Mater* portuguesa (a francesa é a Université Paris II – Panthéon-Assas), mas um sentimentalismo profundo me ligava à minha terra natal. Queria voltar ao Porto. Assim, concorri à Faculdade de Economia e à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Parecia então tardar a criação, tão desejada, desde há tanto tempo, da Faculdade de Direito na Universidade pública, do Estado.

Acabaria por ficar na Faculdade de Letras (embora tivesse sido anteriormente aprovado para a de Economia, mas não me seduziu tanto, e deixei o lugar vago) onde regí uma cadeira introdutória ao Direito e a disciplina de Direito do Trabalho associado a Recursos Humanos, fundamentalmente para estudantes de Sociologia.

Não duraria, porém, muito a minha presença na Faculdade de Letras, onde aliás tinha já e onde fiz bons amigos, e que possuía (e ainda tem) uma biblioteca excelente, onde também tenho bons amigos, como, desde logo, a Dr.<sup>a</sup> Isabel Pereira Leite. Sendo Braga mais perto do Porto que Coimbra (poderia, como fiz, continuar a residir no Porto), acabaria por participar na fundação da Escola de Direito da Universidade do Minho, em que fui o fundador e primeiro diretor da entidade de investigação (o Núcleo de Estudos de Direito - NED), e do grupo de Ciências Jurídicas Gerais. Foi uma grande aventura ter participado no “núcleo duro” da fundação, e ter sido dos primeiros professores da Casa, logo no primeiro ano. Escolhi reger História do Direito, tendo ficado a Introdução ao Direito com o Prof. Luís Couto Gonçalves e o Direito Constitucional com o Prof. Pedro Bacelar Vasconcelos. Nesse ano tive vários alunos excepcionais (perdoem-me os demais e dos outros anos). O que viria a ser o Prof. António Lemos Soares, que faria doutoramento sob a minha orientação, e Raquel Jesus, que viria a tornar-se Juíza de Direito. Promovi também colóquios internacionais com grandes nomes, como a presença da norte-americana Virginia Black, do francês François Vallançon, do grego Stamatios Tzitzis, do espanhol Francisco Puy, etc.

A esta distância, poderei quiçá dizer, creio que com objetividade, haver contribuído para se criar uma certa Escola, no sentido moderno, na medida em que julgo aí se ter consolidado uma dada forma de ver o Direito: humanista, pensado, crítico, pósdisciplinar, e de grande dinamismo.

Entretanto, vi o anúncio de que finalmente iria arrancar a Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Embora gostasse muito da Escola bracarense, onde fiz também excelentes amigos (a lista quase se confunde com a dos docentes do tempo em que por lá andei) e tive magníficos estudantes, pensei evidentemente logo em concorrer, mas de tal fui dissuadido por conselho amigo, porque o concurso era só para assistentes. Se tivesse concorrido, poderia correr o risco de ser excluído por excesso de habilitações... Ainda terá havido, mais tarde, uma tentativa de transferência do Minho para o Porto, eventualmente por via da Faculdade de Economia, mas não me recorde que dificuldades burocráticas não permitiriam a concretização de tal mudança.

Durante a minha docência em Braga, concluí o meu doutoramento em Direito (História e Filosofia do Direito) em Paris (que acabaria por não ser sob a orientação de Michel Villey pelo falecimento deste entretanto, mas com direção de François Vallançon, seu discípulo: um dos que herdaram uma das suas duas togas académicas), e em Direito Público, em Coimbra (sob a orientação de Rogério Ehrhardt Soares). Fiz ainda no Minho concurso para Professor Associado e provas de Agregação. Em todas

estes concursos e títulos (dois doutoramentos, concurso para associado e catedrático) obtive sempre a nota mais alta, e sempre por unanimidade, com exceção da Agregação em que, sendo o voto secreto (hoje é considerado inconstitucional!) apareceu uma bola preta, a recordar-me que se não pode agradar a toda a gente. E ainda bem. Nunca na minha carreira procurei ir pelo politicamente correto ou pelo caminho plácido da unanimidade. Confesso que não sei quem me fez a caridade dessa bola, e ninguém teve a coragem de dizer que tinha sido obra sua. Não deixei de dormir nessa noite (e muito menos nas seguintes), e relembro bem o ótimo jantar que me ofereceram. Vieram assistir às provas, num tempo frio e nebuloso, bons amigos estrangeiros, como Joaquin García Huidobro, do Chile, Antonio-Carlos Pereira Menaut, de Santiago de Compostela, e Stamatios Tzitzis, de Paris e Atenas. Dos Portugueses, recordo, para além dos mais habituais colegas, amigos e familiares, o Prof. P.e Barros de Oliveira, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.



Na Fac. de Direito da Univ. de São Paulo

Foi aí que comecei a tradição pessoal de organizar colóquios internacionais, que ininterruptamente segui, mesmo quando no Brasil... Além dos do Minho e depois os do Porto, houve os Jurídico-Humanistas e os do Direito Fraternal. Este último tema, conjuntamente com a defesa da Constituição e o Tribunal Constitucional Internacional, foi uma das minhas bandeiras mais conhecidas nacional e internacionalmente. Sobre ele dei a lume um livro específico, no Rio de Janeiro: *Direito Fraternal Humanista: Novo Paradigma Jurídico*.

Ponto alto da minha carreira, ainda me encontrando na Universidade do Minho, foi o meu doutoramento solene, para que fui convidado pela minha *Alma Mater*. Uma sessão com pompa e circunstância, discurso em Latim, e música de fundo de Haendel. Os elogios estiveram a cargo dos Professores Faria-Costa e Pinto Bronze. Comigo foram homenageados a Prof.<sup>a</sup> Maria da Nazareth Lobato Guimarães (*honoris causa*) e o Prof. Rabindranath Capelo de Sousa. O Reitor, Prof. Rui Alarcão, impôs-me a borla rubra, e o meu padrinho académico, Prof. Rogério Ehrhardt Soares ofereceu-me um belíssimo anel de rubi, como manda a tradição, dizem que em modelo igual ao que recebera o Rei de Espanha. Vieram muitos amigos, com quem desejei celebrar o momento. Saliento apenas os estrangeiros e do meio académico: Virginia Black, de Nova Iorque, Francisco Puy de Santiago de Compostela, François Vallançon e Stamatios Tzitzis de Paris. Portugueses, recordo por exemplo o Maestro José Luís

Borges Coelho (do Coral de Letras do Porto), a Dr.<sup>a</sup> Manuela Rêgo (da Biblioteca Nacional de Lisboa) e o Prof. Adriano Moreira.

Reunidas todas as condições para concorrer a catedrático, acabaria por solicitar ao Reitor da Universidade do Porto, conforme previsto na lei, a abertura do respetivo concurso. Tal viria a acontecer, tendo, com muita sabedoria e elegância, o Reitor, Prof. Eng.<sup>o</sup> Novais Barbosa, aberto duas vagas para catedrático e três para professor associado. Concorri a uma vaga de catedrático e a uma de associado (à cautela). E tendo sido o único candidato a catedrático, e aprovado por unanimidade, obviamente desisti do outro concurso.

Uma nota muito simpática que não esqueço, é que o então presidente da Escola de Direito da Universidade do Minho, Prof. Heinrich Ewald Hoerster, insistiu em que eu, apesar de catedrático no Porto, aí continuasse a lecionar a Filosofia do Direito, em regime de colaboração. Apenas dois anos letivos volvidos, quando se doutorou a Prof.<sup>a</sup> Clara Calheiros, argumentei que deveria ser ela a assumir essa regência, tendo assim posto termo, amigavelmente sempre, a uma colaboração que durava desde 1992, um ano antes da fundação do Curso de Direito. Mas continuei a ser muito chamado para júris e mesmo orientações e co-orientações de teses. Saliento as teses de doutoramento da Prof. Joana Aguiar e Silva e do Prof. António Lemos Soares. E ainda hoje colaboro muito regularmente com a revista *Scientia Iuridica*.

### **3. Brasil: breve referência**

Foi na transição entre a Universidade do Minho e a FDUP que fiz a minha primeira viagem ao Brasil. Foi uma honra ter proferido algumas conferências no então Tribunal da Alçada Criminal de São Paulo (TACRIM), assim como em outras instituições, como o CEO, a UNIP, etc. Um livro em colaboração com o Desembargador Ricardo Dip foi lançado com muito sucesso no TACRIM: *Propedêutica jurídica*, com a chancela da Millennium. A partir daí, comecei uma permanente ponte aérea com o Brasil, deslocando-me aí umas três a quatro vezes por ano. Percorri o país irmão, continental, faltando-me poucos estados em que não dei conferências ou cursos. Sobre as minhas andanças brasileiras falarei mais em detalhe noutra oportunidade. Certamente que há um Paulo Ferreira da Cunha antes e depois do Brasil, mas é praticamente o mesmo de antes e depois da FDUP. Também se pode dizer que haverá um Paulo Ferreira da Cunha depois da vinda do Brasil... E certamente um outro depois da ida para o Supremo Tribunal de Justiça.

### **4. Na Faculdade de Direito da Universidade do Porto**

Voltemos a Portugal. Logo que entrei para a Faculdade de Direito do Porto, encarregou-me a Comissão Científica, com carta branca, da criação de uma unidade de investigação. Foi o Instituto Jurídico Interdisciplinar (IJI), que se extinguiu nos finais de 2019, por não se adequar a normas gerais de formatação dos centros. Era um centro criado em grande medida à semelhança do CEMOrOc da Universidade de São Paulo, presidido pelo justamente renomadíssimo Prof. Jean Lauand: uma estrutura intrinsecamente universitária, totalmente dedicada à investigação, com membros de dentro e de fora da instituição, e sem qualquer dependência de avaliações, instituições de fomento, coordenação, ou afins. E nenhuma contemplação com modas, fogo de vista *para inglês ver*. Além de coeditar várias revistas (com o CEMOrOC, a Escola Superior de Direito Constitucional, etc.), o IJI promoveu seminários (desde logo o Seminário Permanente Interdisciplinar - SPI), e muitos colóquios internacionais, dos dois lados do Atlântico. Tinha nos seus quadros muitas dezenas de grandes

investigadores de renome internacional. Atribuiu o título de investigador / pesquisador emérito a grandes vultos do Direito e das Humanidades, nacionais e estrangeiros.

Dirigida por bibliotecária muito esclarecida também, a Dr.<sup>a</sup> Maria José Parreira, a biblioteca da Faculdade de Direito do Porto era (e é) também excelente e não estritamente jurídico-positiva. As bibliotecas sempre contaram muito nas instituições por onde passei. De notar que continuo a oferecer todas as minhas publicações a esta última. E vou passar a fazê-lo à biblioteca do Supremo Tribunal de Justiça.

Do ponto de vista docente, no início, pensaram em encarregar-me da cadeira de Direito Administrativo. Contudo, estando um colega mais habituado nessa área com o seu concurso a decorrer para entrar na Faculdade, entendi sugerir que se esperasse pelo resultado, o que foi aceite. E não tendo ficado com titularidade de cadeira de Direito positivo, e de entre as tidas por mais “nobres”, começava assim para mim uma docência interessante, com parcerias, em áreas mais interdisciplinares. Muito enriquecedoras, deve dizer-se:

A primeira seria com o Prof. Jorge Bacelar Gouveia (que vinha de Lisboa todas as semanas), e tendo como assistente a hoje Professora Anabela Leão, em Ciência Política. Eu dei a parte histórico-filosófica da disciplina.

Outra colaboração muito frutuosa, que ocorreu nos primeiros anos da minha docência, foi com o Prof. Cândido da Agra, e tendo como assistente a Dr.<sup>a</sup> Josefina Castro, em Filosofia do Direito e Metodologia Jurídica.

Com o tempo, mais ou menos sempre acumulando disciplinas de vários tipos, fui-me dirigindo mais para o Direito Público propriamente dito, que é a área do meu doutoramento de Coimbra e da minha Agregação. Sem prejuízo de sempre manter a docência da Filosofia do Direito, ora na licenciatura, ora no Mestrado. Nessa área tive também a colaboração da Prof.<sup>a</sup> Clara Calheiros, que fora minha Assistente na Universidade do Minho, e depois me sucederá na regência de Filosofia do Direito em Braga, e virá mesmo a tornar-se Presidente da Escola de Direito bracarense.

Regi várias vezes Direito Constitucional e Direitos Fundamentais, estive indicado para reger Direito Comunitário II, mas a cadeira não abriu, e coordenei a cadeira de Direito Internacional Público. Além das docentes referidas, tive ainda como assistentes, por exemplo, o hoje Prof. Diogo Foyo, e as Dr.<sup>as</sup> Ana Sofia Carvalho e Sandra Pinto (que haviam sido minhas alunas), estas últimas cuja carreira levaria outros rumos, cheios de êxito, aliás.

No Mestrado, impulsionei também a criação de uma área de Filosofia do Direito (que funcionou durante alguns anos), e, mais tarde, de História e Filosofia do Direito (que não chegou a abrir). Além do *Practicum*, uma experiência sempre muito interessante (sozinho ou em colaboração, por exemplo com as Prof.<sup>as</sup> Graça Enes e Anabela Leão e com o Prof. Paulo Adragão), regi Direito Constitucional, Direito Internacional Público, Filosofia do Direito... A última vez que lecionei no *Practicum* o tema foi *Direito Constitucional e Pintura...*

Em 2012-2013, fiz Pós-Doutoramento em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), trabalhando sob a orientação do Prof. Fernando Menezes de Almeida.

Durante três anos, em missão do comité *ad hoc* para a criação de um Tribunal Constitucional Internacional, estive no Brasil, com licença sem vencimento por interesse público atribuída pela Faculdade e pela Universidade, entretanto lecionando em Universidades da *Laureate International Universities* e com bolsa da Funadesp na Faculdade Autónoma de Direito de São Paulo (Fadisp). Num período de transição,

enquanto não se concluíam as burocracias para a ida para o Brasil, regi na FDUP, além de uma pequena e dinâmica turma de Filosofia e Metodologia do Direito, um curso livre de Filosofia Política, que teve uma enorme adesão pública e seria mesmo filmado por serviços da Universidade.



Entretanto, colaborei com Mestrado da área de História da Faculdade de Letras, com aulas que, contudo, sempre foram dadas na FDUP. Mais recentemente, colaborei com a Universidade Aberta também, coordenando o seu grupo de Direito e Ciência Política. Dessa colaboração nasceu o livro *Teoria Geral do Direito. Uma Síntese Crítica*, editado pela Causa das Regras.

Durante os muitos anos de Faculdade, fui solicitado para múltiplos júris, praticamente em quase todas as Universidades públicas do País com cursos de Direito, e não apenas júris de Direito: também de outras ciências sociais e humanas. No estrangeiro, também teria essas incumbências, nomeadamente em Espanha, França e Brasil. Evidentemente, por via de concursos, de pareceres e de avaliações, acabei por tomar contacto muito desenvolvido com o trabalho de muitos docentes da casa, o que foi muito gratificante e instrutivo. Também fui co-orientador de teses, sobretudo com a Universidade do Minho, designadamente com as professoras Clara Calheiros e Joana Aguiar e Silva.

Além da organização de múltiplos colóquios na Faculdade, fui orador e coorganizador em/de vários noutros países, praticamente em toda a chamada Europa Ocidental, e em outros continentes, de Macau ao Chile, do Canadá à Argentina...

Nos anos de volta à Faculdade, seria encarregado das cadeiras de Direito Internacional e Constitucional no Mestrado, e, na Licenciatura, da Filosofia do Direito (que já há anos regia individualmente), e da disciplina de Justiça Constitucional. Nesta, fui surpreendido com a quantidade enorme (várias dezenas, creio que mais de sete dezenas) de estudantes que escolheram a cadeira. Funcionou em avaliação contínua, não tendo havido nenhuma reprovação, o que é, para Licenciatura, o meu *record* pessoal.

Uma novidade que me agradou também foi a regência de um semestre de História do Direito, em que tive como assistente o Dr. Rodrigo Andrade, o qual colaborou também em trabalhos de revisão bibliográfica, nomeadamente na nova edição do livro de *História do Direito* que publicara com os Professores do Minho Joana Aguiar e Silva e António Lemos Soares. Idêntica colaboração tive ainda do Prof. Tiago Ramalho, que também fora meu aluno na Licenciatura, na revisão da edição portuguesa do meu livro *Repensar o Direito Internacional*.

A minha docência exerceu-se sempre em diálogo com a investigação. Sinteticamente, para a cadeira de Direito Constitucional publiquei sobretudo *Direito*

*Constitucional Geral* (que ganharia o Prémio Jabuti no Brasil), *Direito Constitucional Anotado* (que logo esgotaria), ambos na Quid Iuris, e *Teoria da Constituição*, em dois volumes, na Verbo; tudo sintetizado em *Traité de Droit Constitutionnel. Constitution universelle et mondialisation des valeurs fondamentales*, que editei em Paris, na Buenos Books International e em vários outros volumes publicados no Brasil, França e Canadá.

Para Direitos Fundamentais, organizei *Direitos Humanos. Teorias e Práticas*, editado pela Almedina, e publiquei *Direitos Fundamentais. Fundamentos e Direitos Sociais*, na Quid Iuris.

Para Justiça Constitucional, na Causa das Regras, publiquei *Síntese de Justiça Constitucional*.

Na regência de Ciência Política está a gênese do meu livro *Política Mínima* e depois do *Repensar a Política*.

O resultado mais recente dos meus estudos em Filosofia do Direito encontra-se na obra homónima, na sua 3.<sup>a</sup> ed., já com uma primeira reimpressão, editada pela Almedina, e na *Filosofia do Direito e do Estado* editada em Belo Horizonte pela Forum, e hoje esgotado.



(PFC, colaborador de várias revistas e jornais, como o “Estado de Direito”, dirigido por Carmela Gruene).

São mais de 100 livros e de 600 artigos, pelo que seria muito fastidioso comentá-los a todos. Desenvolvi uma perspetivação da minha “jurisprudência”, como diria Francisco Puy (na verdade, doutrina) num texto primariamente escrito para um



livro no México: Juan Pablo Pampillo Baliño *et al.*, *Filosofía del Derecho. Nuevas Tendencias y Escuelas Actuales*, Mexico, Tirant lo Blanch, 2019, pp. 275-309.

Entretanto, pertenceria a múltiplas sociedades científicas, nacionais e internacionais, editoria várias revistas, pertenceria a múltiplos conselhos de redação e afins, e teria vários prêmios e condecorações: além do Jabuti e de sucessivas bolsas da Funadesp, a Comenda *Venturis Ventis*, a Láurea de Mérito Docente, o Prêmio de Inovação Jurídica, e integrei a Academia Brasileira de Direito Internacional, a Academia de Brasileira de Ciências, Artes, História, e Literatura, o Centro de Letras do Paraná, Academia Paulista de Letras Jurídicas, Instituto dos Advogados Brasileiros, etc.

Durante a minha permanência na FDUP, fui ainda professor, a vários títulos (emérito, honorário, convidado, ou visitante) de várias Universidades e instituições afins, tais como: Universidade Paris XIII, Faculdade de Direito da Academia Nacional das Ciências da Ucrânia, UANE, do México, Faculdade de Ciências Jurídicas, Políticas e Sociais de Tunes, Universidade Laurentian / Laurentienne, do Canadá, Universidade Mackenzie, Universidade de São Paulo (USP), Academia Internacional de Direito Constitucional, etc.

Não exerci (por consciente e assumida estratégia de carreira) muitos cargos na Faculdade ou na Universidade. Apesar de várias vezes terem vários colegas insistido para que me candidatasse a Presidente do Conselho Diretivo ou Científico, e mesmo a Diretor, sempre achei que a minha vocação não era o poder, ou a gestão ou administração. Consegui sempre furtar-me a esse encargo, que é muito penalizador, para quem o exerce, embora haja quem tenha conseguido compatibilizar todas as funções de forma admirável, como foi o caso do Diretor Prof. Cândido da Agra, que além do mais dirigiu a Escola de Criminologia, que fundou.

Ainda assim, fui Presidente da Assembleia de Representantes, membro do Conselho de Escola (creio que era o nome da entidade que, além do mais, elegia o Diretor), e representante da Faculdade no Senado da Universidade. Seria ainda formalmente membro de uma Comissão ligada à revista da Faculdade, mas na verdade sempre fui poupado a qualquer intervenção efetiva, para além do envio regular de artigos.

Concorri (em lista) às primeiras eleições para o Conselho Geral da Universidade do Porto. E tive uma votação esmagadoramente favorável na Faculdade (creio que ainda tive votos em Farmácia e Economia, por exemplo). Mas não consegui ser eleito. A minha interpretação seria a de que, para tal, teria sido preciso que a minha própria Faculdade tivesse muito mais doutores votantes. Salvo erro, nenhuma das três faculdades em que tive votos elegeria qualquer representante... Em suma: mesmo que tivesse tido a unanimidade dos votos na FDUP não seria eleito, pareceu-me... Mas estive perto (fiquei com a impressão). De qualquer forma é um episódio para mim mais curioso que verdadeiramente importante.

O mais enriquecedor foi, durante estes anos, poder receber, logo no 1.º ano, e depois no final dos estudos (5.º ano, depois 4.º, e mais tarde no Mestrado), sucessivas vagas de estudantes muito interessados e que viriam a triunfar.

De entre estes, naturalmente, pelo convívio mais diuturno, há a salientar os de Mestrado e Doutoramento, em especial os que orientei. Muitos, estou certo, ficaram amigos para sempre. Do mesmo modo, guardo muito boas memórias de Colegas e Funcionários. O primeiro dos doutores que orientei no respetivo curso na Faculdade de Direito do Porto foi o Prof. Hugo Lança, do Instituto Politécnico de Beja. Tive grande prazer e empenho em ter vindo de propósito do Brasil ao Porto para estar nas suas provas, brilhantes, e premiadas com nota máxima. O último, o Prof. Justino

Felizberto Justino, de Moçambique, que fez a proeza de terminar a tese antes do tempo legalmente previsto para o poder fazer. Não me levarão a mal os restantes se salientar, de entre os que não se doutoraram no Porto, duas orientações de notáveis investigadores e docentes: a hoje Prof.<sup>a</sup> Joana Aguiar e Silva, diretora da revista *Scientia Iuridica*, da Universidade do Minho, e o Prof. João Relvão Caetano, pró-Reitor da Universidade Aberta (este último em co-orientação).

Dos Mestrandos, foram muitas as orientações, recordo sobretudo as de Ana Caldas, Fernanda Coelho, Flávio Vicente (de quem cheguei a ser coorientador de doutoramento no Minho), Maria Raquel Rocha, Marieta Maia, Sérgio Fernandes e Sofia Pinto. Tive sempre a preocupação de propor que se convidassem especialistas de fora da Casa que permitissem que o candidato ou candidata se confrontasse com outros pontos de vistas. Assim, vieram arguir teses grandes nomes do Direito, da Filosofia, da História, etc., de várias Faculdades do País e do estrangeiro. Relembro nomes como Raquel Varela, Renato Epifânio, Fernando Menezes de Almeida, Karine Salgado, Manuel Loff, etc.

## 5. Da Docência à Magistratura

Não se pode dizer que tenha sido abrupta ou inesperada, para quem me conhece, a minha ida para Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Era o apelo da prática, que sempre estivera em mim latente. Assim, em 4 de julho de 2019, tomei posse desse lugar na Magistratura, suspendendo as minhas funções de Catedrático com *tenure* da FDUP. No seu discurso, dando-me posse, S.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> o Presidente dessa alta Corte, Conselheiro Dr. António Joaquim Piçarra, recordou que, mais de 30 anos atrás, eu tinha esboçado uma entrada para a Magistratura, que não chegara a concretizar. Era totalmente verdade. E parecia que um ciclo se fechava.



Recanto do apartamento de PFC no Copan (São Paulo)

É agora a oportunidade de fazer o que sempre ensinei aos estudantes, citando uma estória contada por Luigi Lombardi Vallauri: nós, juristas, estamos aqui *para que se faça mais justiça neste Mundo*. Depois de Pensar o Direito e Pensar a Justiça, segue-se a fase de tentar concretizá-la.

Porto, 31 de dezembro de 2019 - 1 de janeiro de 2020.